

# Navega diz que acordo é anterior ao Decreto

O Procurador Geral da Justiça do Estado, Carlos Antônio Navega, informou ontem que, mesmo que o Decreto 95.720 não seja revogado pelo Governo federal, os pais de alunos de escolas particulares do Rio estão respaldados pelo acordo firmado em janeiro com os donos de colégios. O Procurador citou o artigo 55 da lei que criou o Juizado de Pequenas Causas, que prevê acordo entre as partes para a solução de problemas.

— As escolas, entusiasmadas com o Decreto que instituiu o regime de liberdade vigiada, aumentaram as mensalidades de forma abusiva. Os donos de colégios quiseram esquecer o acordo para fazer os reajustes que bem entendessem. Agora serão multados — disse.

Navega informou que sua assessoria está estudando as bases para o pedido de revogação do Decreto, argüindo sua inconstitucionalidade ao Governo federal.